



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Decisão nº 50/2024/SUPEL-ASTEC

À
Pregoeira

Pregão Eletrônico n. 778/2022/ALFA/SUPEL/RO
Processo Administrativo: 0033.088633/2022-78
Interessada: Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de uniformes operacionais profissionais (cinto de guarnição e acessórios) para os policias penais, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS.
Assunto: Decisão em julgamento de recurso.

Vistos, etc.

Tratam os presentes autos de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, que tem por objeto a Registro de preço para futura e eventual aquisição de coturno estilo bota tática e cinto de guarnição com acessórios para compor os uniformes dos policias penal, visando atender as necessidades desta Secretaria de Estado de Justiça, gerenciado pela unidade interessada supra citada.

Os presentes autos seguem instruídos sob a égide da Lei 8.666/93 e aportaram para elaboração de decisão da autoridade superior, obedecendo os termos do art. 109, § 4º, da referida lei.

Verifica-se a interposição de recurso por parte da empresa PROBRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP (Id. Sei! 0045288928), contra a decisão que a inabilitou para os itens 01 e 02 , alegando, em síntese:

"[...] não concorda com a sua desclassificação, tendo em vista que a análise se pautou em catálogo, inexistindo apreço em amostra física do produto, pautando-se em critérios extra editalícios e subjetivos. as razões recursais serão detalhadas no prazo legal, mas, de antemão, ressalta que a proposta seguiu estritamente as vias editalícias; o prospecto foi anexado; marca e modelo cristalinamente informados; tudo conforme exigido em edital.

VÍCIO DE MOTIVAÇÃO. VINCULAÇÃO AO EDITAL., A Análise Técnica relacionou alguns motivos conclusivos para o não atendimento da proposta apresentada pela empresa Recorrente.

I - " o folder apresentado pela Recorrente não traz cópia do descritivo constante em sede editalícia, em síntese, descreve os principais materiais utilizados na confecção do Coturno, materiais estes que hoje no mercado são considerados de ALTA QUALIDADE E TECNOLOGIA DE PONTA.[...] E, a partir do momento que a licitante declara estar de acordo com o edital e todos os seus anexos, é porque o que foi relacionado no Termo de Referência é atinente ao objeto/produto que possui para fornecimento em todas as suas características.

II - Ademais, se a equipe técnica não possuía elementos suficientes para atestar a qualidade e eficiência do produto, oportuno seria a solicitação de amostra para a real análise do calçado almejado, conforme predispõe o item 10 do Termo de Referência.

III - Alega ainda que "não existe modelo no site da empresa para atender ao Órgão, primeiro que a empresa é revendedora, e não possui site. Quanto ao site da empresa fabricante, é destinado ao público de VENDAS PRIVADAS, que difere completamente do sistema interno licitatório que a licitante e fabricante possuem, que predispõe os seus produtos de acordo com as exigências editalícias. A página comercial da fabricante é totalmente destinada ao comércio privado que ela possui, por isso em nenhum momento qualquer informação foi vinculada destas páginas ao pregão pela empresa licitante." [...]

IV - Por fim, alega que , " [...]o documento apresentado pela Recorrente possui todas as informações necessárias a respeito do produto ofertado, contendo FOTO E ELEMENTOS PARA A SUA IDENTIFICAÇÃO COMPLETA." [...] REITERA-SE. Se a Equipe Técnica se encontrava carente de informações para julgar o calçado, justo e correto seria a solicitação de amostra para aferir minunciosamente o Coturno, agindo em estrito respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, com efeito, há de se reconhecer que a equipe técnica não possuía poderes legítimos para concluir que o calçado ofertado não atende ao edital.

Conclui com seu pedidos:

I - A Recorrente ATENDE AOS REQUISITOS EDITÁLICIOS, oferece o produto nos moldes do termo de referência, e são irreais quaisquer irregularidades apontadas, uma vez que a proposta se encontra perfeitamente alinhada às condições convocatórias, INEXISTINDO motivos ensejadores respaldáveis para a desclassificação.

II - Por todo o exposto, o que se PEDE é que seja provido o presente Recurso Administrativo para que seja reformada a Decisão Administrativa que desclassificou a Recorrente (e a habilitação e classificação, como vencedora provisória do certame, da licitante (ESCUDO INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALÇADOS EPI LTDA), declarando a Recorrente."

Sobre a desclassificação da recorrente, conforme exposto na Ata (Id. Sei! 0045034597), ocorreu por razões de cunho técnico, após o devido parecer emitido pela Unidade Requisitante via Despacho (Id. Sei! 0040064394), que expôs que a recorrente NÃO atendeu ao solicitado, logo, devidamente embasada, veja:

Pregoeiro	20/07/2023 09:07:00	Conforme Parecer emitido pelo órgão requisitante, as Empresas informadas serão desclassificadas para os itens deste certame, por não atender às exigências Editalícias. Permaneçam logados.
-----------	------------------------	---

Em momento subsequente, o licitante interpôs pedido de reexame do objeto através do Ofício - PROBRASIL INDÚSTRIA (Id. SEI! 0040347788). Em resposta à mencionada solicitação, o pedido foi encaminhado à Secretaria demandante para reanálise. Após a segunda avaliação da proposta, o resultado permaneceu inalterado, com a não aceitação do objeto, conforme evidenciado no Despacho (Id SEI! 0040361458).

Assim, em que pese as alegações recursais, verifica-se que estas aportam argumentos com âmago em conteúdo puramente técnico, por tal motivo a unidade interessada foi novamente interpelada com o objetivo de assegurar uma diligência estrita e sanar dúvidas remanescentes, solicitando o envio antecipado da amostra do objeto.

Após conduzidos os testes (Id. SEI! 0045669196 e 0045669426), a Unidade Requisitante emitiu novo parecer via Despacho (Id. SEI! 0045952237), na medida em que o tema esta afeto à sua competência, constatando a não conformidade da amostra com as especificações estabelecidas em Edital, concluindo novamente de forma **desfavorável** aos argumentos trazidos pela recorrente.

Portanto, considerando que a unidade requisitante é a detentora do conhecimento técnico do objeto e de suas reais necessidades, pautada na análise técnica supra citada, devidamente embasada, não merecem prosperar as alegações da recorrente.

Desta feita, em concordância com as razões e fundamentos destacados no Termo de Análise de Recurso (Id. SEI! 0045934386), que elaborado em observância às razões recursais (Id. SEI! 0045288928), apresentadas no certame, e principalmente, amparada tecnicamente na manifestação técnica supra citada de competência da unidade de origem, não vislumbro irregularidade na decisão da Pregoeira.

Isto posto, **DECIDO**:

Conhecer e julgar **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa **PROBRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP**, mantendo a decisão que a **DESCCLASSIFICOU**, para o presente certame, para os itens 01 e 02.

Em consequência, **MANTENHO** a decisão da Pregoeira.

À Pregoeira para ciência e providências aplicáveis à espécie.

Fabíola Menegasso Dias

Diretora Executiva

Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **Fabíola Menegasso Dias, Diretor(a) Executivo(a)**, em 15/04/2024, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0047545155** e o código CRC **2DEECD86**.